

STJ00115721

IGOR VINÍCIUS DE LIMA AFONSO

A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E O FORNECIMENTO PÚBLICO DE MEDICAMENTOS PELO SUS

A PARAMETRIZAÇÃO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Londrina/PR
2022


THOTH
EDITORA



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.

www.editorathoth.com.br

contato@editorathoth.com.br

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Claudia Vanessa Bergamini.

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago
Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur
Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior
• Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur
Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto
Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart
Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof.
Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio
Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr.
Guilherme Wünsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão
• Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp.
Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia
Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham
Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa
Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes •
Prof. Dr. Zulmar Fachin

Afonso, Igor Vinícius de Lima.

**A Judicialização da Saúde e
o fornecimento público de
medicamentos pelo SUS: A
parametrização pelo Supremo
Tribunal Federal: / Igor Vinícius de
Lima Afonso. – Londrina, PR: Thoth,
2022.**

218 p.

Bibliografias: 201 - 216

ISBN: 978-65-5959-349-1

1. Judicialização 2. Direito à saúde 3.
Direitos sociais. 4. SUS. 5. Judicialização
da saúde. I. Título.

CDD 341

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Constitucional: 341.2.

2. Direito Processual: 341.4

123777

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
NOTA DO AUTOR.....	9
PREFÁCIO.....	13
APRESENTAÇÃO.....	19
INTRODUÇÃO.....	23

CAPÍTULO 1

O DIREITO FRATERNAL, O DIREITO FUNDAMENTAL SOCIAL À SAÚDE E O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.....	29
1.1 A judicialização da saúde e as políticas públicas de fornecimento de medicamentos sob a perspectiva da teoria do direito fraterno	29
1.2 Positivção e efetivação do direito à saúde como direito humano e fundamental	40
1.2.1 A saúde como direito social e fundamental na Constituição de 1988.....	46
1.2.2 Distribuição constitucional de competências (atribuições da União, dos Estados e dos Municípios) na garantia do direito à saúde.....	54
1.3 O Sistema Único de Saúde no Brasil.....	59
1.3.1 A normatização do Sistema Único de Saúde e seus princípios fundantes.....	63
1.3.2 A normatização do Sistema Único de Saúde e a dispensação de medicamentos.....	69

CAPÍTULO 2

A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E O FORNECIMENTO PÚBLICO DE MEDICAMENTOS	77
2.1 O papel das políticas públicas.....	77
2.2 A judicialização	84
2.3 A legitimidade do Poder Judiciário e o fenômeno da judicialização	86
2.4 O ativismo judicial	91

2.5 A judicialização da saúde e o fornecimento público de medicamentos ..94	
2.5.1 Efeitos, problemas e soluções para o fenômeno da judicialização da saúde atrelada ao fornecimento de medicamentos pelo sus	102
2.5.2 O problema do acesso à justiça	116
2.6 Do mínimo existencial ao máximo existencial e a teoria da reserva do possível.....	120

CAPÍTULO 3

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O DIREITO À SAÚDE: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA EM SEDE DE REPERCUSSÃO

GERAL	129
3.1 O papel do Supremo Tribunal Federal e a hermenêutica constitucional.....	130
3.2 O instituto da Repercussão Geral	143
3.3 Análise da jurisprudência do Supremo, com enfoque nos casos que ganharam status de Repercussão Geral	148
3.3.1 A legitimidade do Ministério Público – Recurso Extraordinário nº 605.533	149
3.3.2 A questão dos medicamentos não registrados na ANVISA – Recurso Extraordinário nº 657.718.....	155
3.3.3 A questão dos medicamentos de alto custo – Recurso Extraordinário nº 566.471/RN	166
3.3.4 A possibilidade de bloqueio das contas públicas para o fornecimento de medicamentos – Recurso Extraordinário nº 607.582/RS.....	175
3.3.5 A solidariedade da União, dos Estados e dos Municípios nas ações que versam sobre o fornecimento de medicamentos – Recurso Extraordinário nº 855.178.....	176
3.4 A Suspensão de Tutela Antecipada nº 175	183

CONCLUSÃO	189
-----------------	-----

REFERÊNCIAS	201
-------------------	-----

POSFÁCIO	217
----------------	-----